



# Anais da Assembleia

Nº 115

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 170ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, e secretariada pelos Senhores Deputados Alberto Daros e David Federmann.

Às quatorze horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Dácio Leonel, Ernesto Dal'Oglio, João Cioni Neto, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares e Otássio Pereira (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 13 Srs. Deputados. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 1º de outubro, quarta-feira, às 14,00 horas com a mesma Ordem do Dia de hoje.

Levanta-se a sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 171ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, e secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Valter Pietrângelo.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário

Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Dácio Leonel, Ernesto Dal'Oglio, João Cioni Neto, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares e Otássio Pereira (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### OFÍCIO:

Sob o nº 1313/75-GAB, do Senhor NACIM BACILLA NETO, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no qual encaminha a esta Casa, para os efeitos preceituados pelo art. 41, § 8º, letra "c", da Constituição Estadual, que este Tribunal, em Sessão Plenária de 26/08/75, apreciando recursos interposto pela Secretaria de Agricultura, manteve, através da Resolução nº 3246/75-TC, a decisão constante do Acórdão nº 804/75-TC, cópia anexa, que julgou ilegal o contrato para prestação de serviços entre as partes SEAG — Departamento de Economia Rural da SEAG e GELRE — Paraná S/A. - Serviço Empresarial. (protocolado sob nºs 11264/74 e 6336/75). — Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um profundo pesar pelo falecimento do Sr. TEODORO PIETROVSKI, ocorrido na manhã de hoje, na Cidade de Araucária, pois tratando-se de pessoa bem relacionada nos meios sociais e exemplar chefe de família.

Outrossim, solicita o signatário, após ouvido o plenário seja dada ciência à família enlutada na pessoa da viúva Sra. Angélica Pietrovski, à Rua Dr. Victor do Amaral, daquela cidade.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o plenário seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ GUSKOSKI, industrial dos mais conceituados da cidade de Mallet, ocorrido naquela cidade.

Requer, outrossim, seja a família enlutada cientificada do teor deste requerimento, na cidade de Mallet.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, que seja enviado ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, ofício no sentido de sugerir que, por ocasião da próxima Reforma Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado, a Comarca de Marialva, seja transformada em Comarca intermediária.

Atualmente, a referida comarca é de entrância inicial. No entanto, de há muito se faz necessário que haja a transformação aludida em virtude da importância cada vez maior que a mesma representa no cenário estadual com o crescimento do número de processos levados a julgamento, abrangendo ainda área de responsabilidade, o que fará justiça à região e aqueles que respondem por ela.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer, a V. Exa., que após manifestação do plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Doutor Emílio Hoffmann Gomes, DD. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., reiterando apelo anterior, no sentido de serem criadas e instaladas Agências do Banco do Estado do Paraná S/A., nas cidades de Palmeira, São João do Triunfo, e Corbélia, bem assim, na localidade de Braga Ney, no município de Corbélia, tendo em vista a importância dessas regiões, especialmente no setor agrícola e carentes da presença de estabelecimentos de créditos de sorte a melhorar as suas condições de cooperação no desenvolvimento econômico do Estado.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) LINEU TURRA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente requer, seja solicitado ao Exmo. Senhor Renato Ferreira, DD. Diretor Regional do FUNRURAL, a criação de escritório de representação da citada Fundação em Santa Helena e que este escritório esteja autorizado a tratar de assuntos tais como: aposentadoria e que atenda também o setor médico-odontológico e a parte hospitalar.

JUSTIFICATIVA:

Os lavradores são obrigados a se locomoverem até Medianeira distante de Santa Helena cerca de 70 quilômetros, para tratarem de seus interesses, ficando evidente que os gastos de locomoção e outras dificuldades torna impeditivo e por vezes quase impossível que isto seja feito.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) EGON PUDELL

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário respeitosamente requer, seja solicitado ao Exmo. Senhor Dr. FRANCISCO BORSARI NETO, DD. Secretário de Estado da Educação e Cultura, a construção

de Grupo Escolar em Céu Azul, com seis salas de aula e demais dependências necessárias.

JUSTIFICATIVA:

O aumento de salas de aula para o ensino básico viria atender a demanda de matrículas cada vez maior devido o aumento do número de crianças em idade escolar.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) EGON PUDELL

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o plenário, seja oficiado à Diretoria de Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá - COCAMAR - através de seus diretores Srs. Osvaldo Correa Moraes, Constâncio Pereira Dias e Lauro Moreira, voto de congratulações pela conquista do primeiro lugar desta Cooperativa, através de pesquisa realizada pela Revista Visão no "Quem é Quem na Economia Brasileira".

JUSTIFICATIVA:

O cumprimento justifica-se pelo fato de a COCMAR ter superado, no seu setor, inclusive a CAFÉ DO PARANÁ, que é um órgão do Governo e, acima de tudo, em virtude do trabalho que aquela Diretoria vem realizando em benefício dos cooperados. E, ainda agora, acaba a COCAMAR, de comprar uma fazenda nas proximidades de Iguatemi, onde vai implantar uma Escola de Tratoristas e experiências diversas na área de sementes de cereais.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) ANTONIO FACCI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, a restauração do Projeto de Lei nº 195/68, de autoria do ex-Deputado Roberto Galvani, que cria o Distrito Administrativo e Judiciário de Carajá, município de Formosa e que encontra-se com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) FUAD NACLI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, que designe, com a máxima urgência, um Delegado de polícia para Iporã. Motivo a situação caótica, que reina naquele município.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O 13º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO, sediado em PONTA GROSSA, unidade do Exército de gloriosas tradições, estará comemorando no dia 1º de outubro próximo, mais um aniversário de sua instalação.

Expressivas solenidades estão programadas para este acontecimento.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que esta Presidência, com a devida aprovação do plenário, indique uma Comissão de Deputados, para representar esta Assembléia nas referidas solenidades.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

## PROJETOS DE LEI:

### PROJETO DE LEI Nº 133/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — O § 2º do artigo 24 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º — Quando a irregularidade relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao ICM, a exclusão da responsabilidade por infração prevista neste artigo, só ocorrerá se o contribuinte efetivar, através de guia visada pela repartição fiscal do seu domicílio tributário, na data de denúncia espontânea o recolhimento do tributo devido, acrescido do juro de mora previsto no artigo 23 desta lei”.

#### JUSTIFICATIVA:

1 — A redação atual do § 2º do artigo 24, da Lei 6364, denominada “Lei Orgânica do ICM”, é draconiana e representa uma brutal e torção. O seu dispositivo é flagrantemente ilegal.

2 — Impõe aquele dispositivo, aos que espontaneamente procurarem a repartição fazendária para sanar irregularidades, um ACRÉSCIMO ao imposto devido, sob o título de MORA nas seguintes proporções: 5 por cento quando ocorrer o recolhimento em 30 dias; 10 por cento quando dentro de 31 a 60 dias; 20 por cento quando dentro de 61 a 90 dias e 40 por cento, a partir de 90 dias.

3 — Mas que MORA é essa, com percentagens absurdas e despropositadas? Mora não é, porque a consequência da mora é o pagamento de JURO. E a mesma Lei Orgânica do ICM tem uma Seção, a III, que cuida especificamente “dos juros de mora”, estabelecendo, no artigo 23, que o “crédito tributário será acrescido do juro de mora de 0,5 por cento ao mês, não capitalizável”.

4 — se a mesma Lei diz que o juro de mora é de 0,5 por cento ao mês, no que atende ao disposto do Código Civil, como pode exigir, em outro dispositivo, e a título de mora, acréscimo de 5 por cento, 10 por cento, 20 por cento e 40 por cento sobre o imposto devido e espontaneamente recolhido?

5 — Só há uma explicação: a lei chama de mora o que mora não é. A lei chama de mora com medo ou com vergonha de chamar multa o que ela quer cobrar como multa, mas como multa não pode ser cobrado.

6 — É que a cobrança de multa no caso de denúncia espontânea é terminantemente proibida em Lei. Assim é que o artigo 138 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966), que trata de “responsabilidade por infrações” é claro e incisivo ao determinar que:

“a responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo depende de apuração”.

7 — As normas gerais de direito estabelecidas pelo Código Tributário Nacional são aplicáveis e, portanto devem ser obedecidas, não só pela União, mas também pelos Estados, segundo dispõe o seu artigo 1º.

8 — Se assim é e se aquele dispositivo da Lei Orgânica do ICM contraria expressamente o disposto na lei federal, ela é

NENHUM desde o nascimento. Não pode prevalecer, portanto.

9 — Mas tem prevalecido, para desespero dos contribuintes que a começar por aí, não podem “pensar com amor” no ICM, como sugeriu farta campanha publicitária. A grita é geral em todo o território paranaense, pois que o comerciante honesto e cumpridor de suas obrigações que, por excesso de trabalho ou por qualquer infortúnio, deixar de recolher o imposto no dia certo e o fizer espontaneamente no dia seguinte, já o recolherá com o acréscimo de 5 por cento. Isso é mora? Não, não é, pois o juro de mora é de 0,5 ao mês, como impõe o artigo 23 da mesma Lei Orgânica do ICM. Isso é agiotagem. É extorsão.

10 — Poder-se-ia dizer que os prejudicados pode socorrer-se da apreciação judicial. Ocorre que poucos o fazem e a maioria nem sabe que o erro é do Estado. Apenas se revolta.

11 — Mas o que é errado não pode sobreviver, quando dele se conhece. O que nasceu morto deve ser enterrado. É o que propomos fazer, com o presente projeto de lei.

12 — Cumpre, finalmente, advertir de urgência de extirpação daquele erro, pois que entendemos que os que pagaram essa multa chamada aí de mora têm direito, no nosso entender, à repetição do indébito, isto é, a restituição do que pagaram e que não era e não é devido. A aprovação desse projeto de lei livrará o Estado do Paraná de demandas judiciais inúmeras e dispendiosas.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) OSVALDO MACEDO

### PROJETO DE LEI Nº 134/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica criado no município de Formosa, o Distrito Administrativo de IRACEMA, cujos limites constam da documentação em anexo.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) FUAD NACLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com a apresentação do presente plano de lei, visamos referendar a vontade dos habitantes da região, uma vez que, através da Lei nº 42/73, o Executivo Formosense criou o Distrito Administrativo de Iracema.

Com esta intenção que apresento e conto com a aprovação dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — Estáfinda

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): O insigne Mestre de todas as áreas do Ensino da Região Norte Pioneira do Paraná, Professor TOMAZ AIMONE, acaba de lançar um livro com o título “JACAREZINHO SEUS PIONEIROS E DESBRAVADORES” em cujo livro o Professor TOMAZ AIMONE retrata a vida pioneira daquela cidade — Norte Velho do Paraná — destacando, em suas 140 páginas, nomes de pessoas, datas dos importantes acontecimentos num espaço de quase um século; retrospectiva também o escritor as leis regentes dos acontecimentos que inculcaram o progresso e o desenvolvimento da Cidade de JACAREZINHO.

TOMAZ AIMONE, Professor em todas as áreas de Ensino naquela localidade, soube se conduzir de forma magistralíssima em sua trajetória de obreiro da cultura, sua dedicação e carinho à cidade que viu nascer, levou a caracterizar como um servo revestido de fidelidade aos capítulos históricos da terra em que denominou ser a sua terra.

Todos os participantes da vida histórica de JACAREZINHO, desde os mais destacados até os mais humildes integrantes da densidade comunitária, não foram esquecidos na narrativa de TOMAZ AIMONE. É sem dúvida "JACAREZINHO SEUS PIONEIROS E DESBRAVADORES" o retrato fiel e incontestável de uma história que teve o seu começo e que naturalmente haverá de se ampliar cada vez mais na sua caminhada incessante do futuro.

Sem outros comentários, Sr. Presidente, Srs. Deputados, proponho à Casa um voto de singela homenagem ao insigne Mestre aposentado do Magistério que continua professorando no altar da cultura alvorando-se como escritor de capítulos históricos da cidade em que deu tudo de si para o seu crescimento e desenvolvimento; proponho à Casa o seguinte requerimento:

(Lê):—

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso dos direitos que lhe são conferidos por Lei e tendo em vista homenagem que se pretende prestar ao insigne Professor TOMAZ AIMONE, mestre da cidade de JACAREZINHO, neste Estado, requer, após ouvido plenário, votos de congratulações, respeito e admiração deste Parlamento ao referido cidadão pela publicação do livro de sua autoria, denominado "JACAREZINHO SEUS PIONEIROS E DESBRAVADORES".

Requer ainda, aprovado o presente, dê conhecimento ao homenageado, anexando ao ofício as palavras por nós proferidas desta tribuna.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 01 de agosto vimos a tribuna desta Assembléia para apresentar requerimento à Casa, que foi aprovado e enviado ao Exmo. Sr. Presidente da República, a fim de que providências fossem tomadas quanto ao problema grave que ocorre no Paraná que é o êxodo rural.

Comentava, naquela oportunidade, um pronunciamento do Ministro da Agricultura, quando aquele Ministro teria dito à imprensa do Paraná que não havia motivo de preocupação.

Nesta oportunidade, em 01 de agosto, li nesta Assembléia notícias dos jornais locais em que o Ministro se pronunciava sobre o problema das geadas e afirmava que não havia motivo de preocupação.

Pois bem, Srs. Deputados, esta Assembléia recebeu um telex do Ministério da Agricultura em que alinha algumas das medidas tomadas por aquele Ministério para combater ao problema das geadas.

Mas, extranhamente o Governo Federal sugere, e este é o texto do telegrama:

"Sugere a Assembléia provocar Governo Estadual estudos sociais que culminem dados concretos alusivos ao êxodo rural decorrente das geadas".

Vemos, mais uma vez o Governo Federal se esquivando de um problema paranaense e atribuindo, sugerindo que cabe a responsabilidade da solução do problema ao próprio Governo do Estado.

Acredito que não teremos condições ainda de tomar uma posição perante o problema, porque desconhecemos oficialmen-

te ou formalmente a interpretação que o Governo do Estado está dando a este problema.

O que entendo é que não podemos ficar com as coisas como estão. Solicitando ao Governo Federal e o Governo Federal dizendo ser competência do Governo Estadual.

Então, estou requerendo à Casa que cópia desse telex seja enviado ao Governo e o Governador do Estado se pronuncie sobre quais as medidas que o Governo tomou, quais os estudos, qual o levantamento efetuado, enfim qual a posição do Governo do Estado perante o problema.

Parece que este problema não é específico do Paraná, mas sim de ordem geral do programa nacional. O êxodo rural não é exclusividade do Paraná, todas as grandes cidades brasileiras se ressentem dessa invasão de homens do campo que vão à cidade. Estranhamente, o Ministério da Agricultura dá esta explicação — se tem responsabilidade também o Governo do Estado, e acredito que tem, deve haver um trabalho conjunto, um trabalho de equipe, a fim de que cada parte saiba em que setor deve atuar. Portanto, justifica-se plenamente que seja enviado ao Governador do Estado, este telex, interpelando S. Exa. para que dê conhecimento a esta Casa, qual as medidas que o Governo do Estado vem tomando e, se o Governo do Estado aceita esta imposição do Ministério da Agricultura dizendo que cabe a ele efetuar estes estudos e estas medidas. Portanto, o nosso requerimento está baseado nas seguintes linhas: (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja endereçado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, cópia do telegrama enviado pelo Ministério da Agricultura a esta Assembléia Legislativa, quando respondeu requerimento deste Deputado, sobre a problemática da evasão de homens do interior aos grandes centros. Requer também pronunciamento do Governador do Estado sobre o presente assunto, a fim de que a Casa se interesse das medidas tomadas, ou em estudos, para a solução de tão relevante problema que é o êxodo rural, nas proporções em que ele se realiza.—

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Conforme o incluso requerimento apresentado nesta Casa, em data de primeiro de agosto, requeríamos medidas urgentes do Governo Federal para solucionar o exodo rural, agravado com as últimas geadas que se abateram sobre o Estado. Em resposta, afirma o Ministério da Agricultura já ter tomado as medidas que lhe competiam e sugere sejam mobilizadas as forças do próprio colono e do Governo do Estado. Assim, para perfeito esclarecimento da situação, necessário se faz que tenha o Sr. Governador conhecimento do Telex e as afirmações nele contidas, bem como informe a esta Casa, quais as providências já tomadas, os estudos elaborados para chegar a uma solução ou providências neste setor." —

Era isto, Sr. Presidente, que me cabia dizer neste momento. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria. (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci. (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, quarto orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A descrença do povo brasileiro, principalmente da classe laboriosa deste País, aumenta a cada dia que passa, em cada episódio governamental sentimos que o Brasil, ao contrário dos países adiantados que leva a tecnologia à agricultura, à condição de produtividade ao homem da terra, o amparo ao lavrador,

aquele que produz o sustento de milhões de almas que habitam o universo, o Brasil parece que vê os erros de seus governos, a caracterizar cada vez mais abandonado de forma violenta, a cada dia que passa, o reclamo do lavrador brasileiro que tantas vezes desta tribuna denunciemos.

É bom que se vá e se verifique, nas estações rodoviárias e ferroviárias de Curitiba, o aspecto, o retrato do êxodo rural; há centenas de famílias que chegam constantemente do interior, que deixaram de produzir, deixaram a terra, deixaram de trabalhar na produção da alimentação do povo brasileiro e vêm se aconchegando na metrópole, para aqui tentar subsistir e fazer subsistir suas famílias.

Há poucos instantes o Deputado Nilso Sguarezi lia desta tribuna telex recebido do Sr. Ministro da Agricultura, em resposta aos reclamos deste parlamentar, sobre o fato do esquecimento do Governo ao trabalhador da terra, principalmente na oportunidade em que estão massacrados pelas intempéries, pelo imprevisto de uma geada que assolou o Paraná inteiro e grande parte do Brasil e numa resposta simplesmente patriótica S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura indica o Governo do Estado como a fonte de resolução deste problema. Se este problema envolveu quase que o Paraná inteiro, se este problema envolveu quase que a Nação inteira, era preciso que houvesse, neste instante, nesta oportunidade, cruciante da história econômica da Nação Brasileira, não é indicação deste ou daquele Governo para resolução do problema, mas a indicação do Governo, do Governo Central com todos os governos dos estados, unindo-se a ele nós parlamentares para resolver o problema de tamanha profundidade. Nós sabemos Sr. Presidente, Srs. Deputados, que vimos à tribuna revestido de um sentimento e encorajado de uma vontade no sentimento de dar, através das palavras, o caminho de resolução da gente brasileira e encorajado pela vontade de vir florescer na consciência dos governantes a sua responsabilidade perante os governados. Ao mesmo tempo que sabemos e nos conscientizamos de tudo isto, sabemos que o Parlamento está fechado entre 4 paredes que as nossas palavras não arredam quase nada daqui de dentro e que às vezes elas são condenadas, condenadas porque dissemos a verdade e esta triste verdade está aí, a proliferação da pobreza, que aumenta cada dia que passa, a miséria e a fome que campeiam os lares do povo brasileiro. O afastamento da própria vontade do trabalho, porque da mais alta concepção da observação, o único fato que entusiasma o homem que produz é o pagamento pelo trabalho que ele presta e o trabalhador brasileiro, o trabalhador deste meu Paraná, o homem que depositou a sua confiança e acostumou-se a depositar para o ano que vem, continua esperando, derramando lágrimas e suor todos os dias. Agora, a hora mais triste do Paraná, na hora que precisava a presença do Governo, para trazer pelo menos simpatia do seu Governo, nós sabemos que se afasta de maneira violenta, afastou a economia que o Governo deveria dar para redimir do produto magistralíssimo da economia deste Estado, que é o café, afastou o Paraná dos meios para levantamento da economia do trabalhador, e nós continuamos a gritar, Sr. Presidente, nós continuamos a denunciar, nós continuamos a pedir soluções, enquanto recebemos respostas como esta: Dirijam-se ao Governo do Estado, a fim de resolver os problemas suscitados.

Não sabe os, só Deus sabe, o que pode acontecer bem próximo. Enquanto os países adiantados levam tecnologia à terra para que a produção seja avançada, o Brasil tira os recursos do homem que vem preparado para produzir o necessário ao crescimento e desenvolvimento da balança econômica deste País.

Oxalá, Deus derrame sobre o Governo brasileiro, sobre os seus governantes mais atendimento, e acima de tudo, sentimento de humanidade.

É que os Governos vêm retratado, aí este êxodo rural, este afastamento do homem da terra, este perigo iminente de uma fome sem comedimento, de uma miséria sem fim.

E o nosso pronunciamento de hoje, desvirtuou o que ha-

víamos preparado, e nos levou a nos inscrever no Grande Expediente dos trabalhos desta tarde, exatamente porque nos sensibilizamos com a resposta improcedente, fácil, mas caótica, e até de repúdio do Sr. Ministro da Agricultura deste País. Sr. Presidente era o meu pronunciamento.

(Muito obrigado — (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente quero prestar homenagem à Secretária, Hoje pelo que se sabe é o dia consagrado a esta figura que tanto trabalho presta a toda burocracia, a todos os homens ligados à vida política, à vida pública e à empresa privada também, e queremos deixar registrado aqui, desta tribuna, a homenagem à Secretária por ser hoje a data conferida à Secretária.

Não tendo havido oportunidade no Pequeno Expediente, quero apresentar dois requerimentos à Mesa, vasados respectivamente nos seguintes termos: (Lê):—

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer a V. Exa. se digne, após ouvido o douto plenário, encaminhar ofício ao Exmo. Sr. Diretor do FUNRURAL — FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL, no sentido de encarecer-lhe da necessidade de credenciamento de hospital e médicos em Capitão Leônidas Marques e Distritos de Santa Lúcia e Boa Vista da Aparecida, daquele município.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### JUSTIFICATIVA:

Os governos de todas as nações, considerando que a saúde do povo toca direta e profundamente os interesses do Estado, voltam suas atenções à sanidade e integridade física dos seus cidadãos.

Partindo desse princípio, é imperiosa e necessária a presença e assistência dos governos a essa população que se empenha no árduo trabalho de criação e circulação de riquezas, seja nas zonas urbanas ou rurais, vez que nesses pequenos núcleos interiores, o homem se volta de frente para a luta de viver, esquecendo-se até dos direitos que o Estado lhe deve por retorno às parcelas dos tributos, e só através de seus lícitos representantes parlamentares - com quem exercem permanentes contactos é que esses abnegados propulsores do progresso se fazem ouvir.

O homem do interior, principalmente o do campo, pede muito pouco, aos dirigentes do Estado e seria injusto que se lhe fosse negado melhor e mais pronto atendimento aos reclamos de sua saúde.

Deve-se considerar ainda, que o município de Capitão Leônidas Marques, seja a sede ou os distritos de Santa Lúcia e Boa Vista da Aparecida, estão situados a considerável distância de Cascavel, tornando impreacável que os filiados ou beneficiários da previdência busquem tratamentos e consultas médicas naquele município. Além disso, a agência de Cascavel atende um número elevadíssimo de interessados, causando tropeços para os de outros municípios, que procuram este centro mais através de ônibus, com prejuízo de tempo e com gastos elevados que comprometem ainda mais o seu estado de ânimo.

Assim, é realmente imperioso que se credencie hospitais e médicos locais, não só como medida de justiça, mas também humana para com os menos dotados.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o outro requerimento, é dirigido ao Exmo. Sr. Coordenador do INPS. (Lê):—

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, respeitosamente requer a V. Exa., após ouvido o douto plenário, se digne encaminhar ofício ao Exmo. Sr. Coordenador Regional do INPS – INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, encarecendo-lhe a necessidade de credenciamento de hospital e médicos em Capitão Leônidas Marques e nos distritos de Santa Lúcia e Boa Vista da Aparecida, também daquele município.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:—

Considerando que a saúde do povo toca direta e profundamente os interesses do Estado, todos os governos das nações voltam suas atenções à sanidade e integridade física dos seus cidadãos.

Partindo desse princípio é imperiosa e necessária a presença e assistência dos governos a essa população que se empenha no árduo trabalho de criação e circulação de riquezas, seja nas zonas urbanas ou rurais, vez que nesses pequenos núcleos interioranos o homem se volta de frente para a luta de viver, esquecendo-se até dos direitos que o estado lhe deve por retorno às parcelas dos tributos, e só através de seus lícitos representantes parlamentares - com quem exercem permanentes contactos - é que esses abnegados propulsores do progresso se fazem ouvir.

O homem do interior, principalmente o do campo, pouca coisa pede aos dirigentes do Estado e seria injusto que lhe fosse negado melhor e mais pronto atendimento aos reclamos de sua saúde.

Atende-se ainda para o fato de que o município de Capitão Leônidas Marques, tanto a sede como os distritos de Santa Lúcia e Boa Vista da Aparecida estão situados a uma distância considerável de Cascavel, dificultando que os filiados ou beneficiários da previdência busquem tratamentos e consultas médicas naquele município. Ademais, a agência de Cascavel atende um elevadíssimo número de interessados, causando sérios tropeços para os de outros municípios, que procuram aquele centro maior através de ônibus, com prejuízos de tempo e elevados gastos que comprometem ainda mais, o seu estado de ânimo.

Nestas condições, é efetivamente imperioso que se credenciem hospitais e médicos locais, para permitir não só uma medida de justiça, mas sobretudo humana para com os menos dotados.”

Esses requerimentos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são objetivados com a intenção de fazer com que a população urbana, a população rural do município seja dotada das mínimas condições de saúde, posto que a distância e o centro e todas as áreas do município da sede de Cascavel, há dificuldade para que os beneficiários possam tomar contacto com médicos e hospitais do INPS. Têm direito, mas, muitas vezes, não podem exercer esse direito, posto que a distância é grande e as estradas carentes e difíceis de se trafegar.

Por outro lado, quero prestar um testemunho de solidariedade, mais uma vez, aos prejuízos que os agricultores da minha região da região Oeste do Paraná Catanduvas, Cascavel, Leônidas Marques, Céu Azul, e também na área de Francisco Beltrão, Pato Branco, que, segundo as notícias e contactos telefônicos que tive mos hoje, uma carga de granizo caiu sobre a lavoura de trigo já danificada e destruída pela neve e geadas.

Quer nos parecer que os flagelos intempéris da natureza que sobrecarregam e descem sobre a nossa região, não bastariam aqueles normais que a lavoura de trigo já vem passando; que o café já passou, ainda vem agora o granizo para liquidar, de uma vez, com a economia do agricultor da região Oeste do Paraná.

Queremos mais uma vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar aqui o apelo a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, e às autoridades ligadas ao setor agrícola, para que façam uma obser-

vação “in loco”, e destinem alguns recursos, pelo menos para que a lavoura da região ultrapasse esta crise, este momento de dificuldades que estanca, que impede o progressivo desenvolvimento da região Oeste do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — **Irà à Comissão de Constituição e Justiça.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — **Irà à Comissão de Constituição e Justiça.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 56/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 117/75 que aprova o Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o município de RONDON com interveniência do Governo do Estado, através da Coordenação de Planejamento objetivando desapropriações e permutas de imóveis previstas pelo “Projeto de Controle da Erosão na cidade de Rondon”. Parecer **favorável da C.C.J. Encerrada a discussão.** — **Em votação.**

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito chamada nominal para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal.

— (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam à chamada nominal 30 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e consequente votação.

3ª Discussão do Projeto de Resolução nº 56/75. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 57/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 121/75 que aprova Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Município de RONDON, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a implantação do “Projeto de Controle da Erosão na cidade de Rondon. Parecer **favorável da C.C.J. — Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 48/75, de autoria do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS HEMOFÍLICOS, com sede nesta Capital. Parecer **favorável da CC.J. — Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 74/75, de autoria do deputado Fuad Nacli, que denomina “João Lunardelli” o trecho da estrada de Rodagem PR-71, que liga Rolândia a Porecatu. Parecer **favorável da C.C.J. — Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 58/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 195/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Instituto de Planejamento Econômico e Social, a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná, objetivando realização de estudos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e Indústrias Integradas. Parecer **favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 213/72, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública o CÍRCULO DE TRABALHADORES CRISTÃOS DA PLANTA



ÃO RAZO, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 75/75, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE LOANDA. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 60/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 138/75, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Itaguapé, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de ITAGUAPÉ, estabelecendo normas de mútua cooperação no sentido de fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia daquela cidade.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 138/75

1. Com a mensagem 43/75, o Sr. Governador do Estado, encaminha à esta Assembléia cópia do termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com o município de ITAGUAPÉ, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido de fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia daquele município.

2. É da competência do Governador do Estado celebrar convênios, ad-referendum, desta Assembléia com os municípios, segundo preceitua o inciso IX do art. 47 da Constituição Estadual.

3. Os objetivos do convênio celebrado, atendem os interesses do Estado e daquele município, principalmente quando se verifica que a população local será beneficiada por um atendimento mais eficaz no campo da manutenção da ordem.

4. Nestas condições o nosso parecer é pela aprovação do convênio, nos termos do seguinte.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 77/75, de autoria do Deputado Enéas Faria, que declara de Utilidade Pública a CRECHE PERSEVERANÇA, com sede e foro no município de Paranaguá. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 77/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública, a entidade "CRECHE PERSEVERANÇA", com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1975.

a) ENÉAS FARIA

#### JUSTIFICATIVA:

A "Creche Perseverança", entidade civil de personalidade jurídica, de direito privado, fundada em 20 de novembro de 1973, pelo Clube da Fraternidade Perseverança.

Exerce sua benemérita atividade no município de Paranaguá onde tem, ao longo de sua existência, prestado inúmeros e relevantes serviços, reconhecidamente de alto mérito.

A entidade está em ininterrupta atuação desde sua fundação, há cerca de um ano e meio.

Afigura-se a iniciativa, além de inserir a entidade no rol legal do reconhecimento público, como um aplauso e um estímulo ao muito que vem realizando, na certeza de que irá permanecer colaborando com a grande obra de benemerência.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 77/75

I — O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Enéas Faria, visa declarar de Utilidade Pública a CRECHE PERSEVERANÇA, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

II — Estudando a documentação que acompanha o plano de lei, verificamos que o mesmo tem plenas condições de ser apreciado por esta Casa de Leis:

a) Está registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas competente;

b) vem funcionando regularmente há mais de um (1) ano;

c) seus membros de Diretoria não percebem qualquer remuneração ou auxílio.

III — Em assim sendo, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

IVAN RUPPEL — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Teodoro Pietrovski, ocorrido em Araucária. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Guskoski, ocorrido na cidade de Mallet. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando a designação de uma Comissão de Srs. Deputados, para representar esta Casa, nas solenidades de mais um aniversário de instalação do 13º Batalhão de Infantaria Blindado, sediado em Ponta Grossa. — **Aprovado.**

A Mesa designa os Srs. Deputados David Federmann, Luiz Carlos Zuk e Jurandir Messias, para comporem a referida comissão e representar esta Casa naquela comemoração.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, sugerindo que, por ocasião da reforma judiciária do Tribunal de Justiça do Estado, a Comarca de Marialva, seja transformada em comarca intermunicipal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando a restauração do Projeto de Lei nº 195/68, de autoria do ex-Deputado Roberto Galvani. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., reiterando apelo anterior, no sentido de que sejam criadas e instaladas agências do referido banco nas cidades de Palmeira, São João do Triunfo e Corbélia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado à diretoria da Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá, consubstanciado em voto de congratulações pela conquista do primeiro lugar desta Cooperativa, através de pesquisa realizada pela Revista Visão no "Quem é Quem na Economia Brasileira". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança, no sentido de que seja designado um Delegado de Polícia para Iporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, reivindicando a construção de grupo escolar em Céu Azul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Regional da FUNRURAL, visando a criação de escritório de representação da citada fundação em Santa Helena. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao Prof. Tomaz Aimone, pela publicação do livro de sua autoria, denominado "Jacarezinho Seus Pioneiros e Desbravadores". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja endereçado ao Sr. Governador do Estado, cópia do telegrama enviado pelo Ministério da Agricultura a esta Casa, sobre a problemática da evasão de homens do interior aos grandes centros. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do FUNRURAL, no sentido de encarecer-lhe a necessidade de credenciamento de hospital e médicos em Capitão Leônidas, Santa Lúcia e Boa Vista da Aparecida, daquele município. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Coordenador Regional do INPS, encarecendo-lhe a necessidade de credenciamento de hospital e médicos em Capitão Leônidas Marques e nos Distritos de Santa Lúcia e Boa Vista de Aparecida. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 01 de outubro, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 58/75 e de Lei nºs 213/72 e 75/75.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 60/75 e de Lei nº 77/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 61/75 e de Lei nº 76/75.

Levanta-se a Sessão.

#### ATAS DE COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### PARECER AO PROCESSO Nº 3/74

##### VERBA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O presente processo refere-se a prestação de contas de aplicação da Verba de Assistência Social — Consignação 3.2.1.0

sub-consignação 3.2.1.6.1, distribuídas pelos Senhores Deputados às entidades abaixo discriminadas, conforme o que regulamentam a Resolução nº 19/69, de 19 de agosto de 1969.

Conta nº 3894/74, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jacarezinho. Conta 3808/74, da Caixa Beneficente São Roque de Piraquara. Contas 3806/74 e 3810/74, da Paróquia Cristo Rei de Cornélio Procopio. Conta 3777/74, da Liga das Senhoras Católicas de Sertaneja. Contas 2908/74 e 3550/74, da Sociedade Esportiva Recreativa de Sabáudia. Conta 9719/73, da Comunidade Evangélica Luterana de Teixeira Soares. Conta 9834/73, da Sociedade São Vicente de Paulo de Umuarama. Conta 9379/73, da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. Conta 9440/73, da Tenda de Umbanda "Caboclo Araguari" de Curitiba. Conta 9560/73, da Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba. Conta 9335/73, da Tenda Espírita Nossa Senhora Aparecida de Curitiba. Conta 9295/73, da Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora do Rosário de Colombo. Conta 3897/74, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Quitandinha. Conta 4165/74, da Paróquia da Imaculada Conceição de Curitiba. Conta 4203/74, do Movimento Familiar Cristão no Paraná em Curitiba. Conta 4165/74, da Associação das Damas de Caridade do Município de Jardim Alegre. Conta 4157/74, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Jardim Alegre. Conta 3973/74, da Inspeção Auxiliar de Ensino de Quitandinha. Conta 3974/74, da Prefeitura Municipal de Quitandinha. Conta 9378/73, do Ginásio Estadual Papa João XXIII, de Pitangueiras. Conta 4653/74, da Paróquia Nossa Senhora da Luz de Irati. Contas 4652/74 e 4654/74, da Paróquia de São Miguel de Irati. Conta 4838/74, da Associação Esportiva Jacarezinho. Conta 4835/74, da Congregação Evangélica da Assembleia de Deus de Guaratuba. Conta 4485/74, do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Feliz em Curitiba. Conta 4395/74, da Fundação Hospitalar do Paraná — Hospital Colônia Adauto Botelho. Conta 5401/74, do Sindicato Rural de Uraí. Conta 5321/74, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil em Castro. Conta 4859/74, da Casa Escolar Sagrado Coração, Riozinho, município de Irati. Conta 5004/74, da Associação das Senhoras de Rotarianos de Londrina. Conta 5011/74, da Escola Normal Colegial Estadual São Vicente de Paulo de Nova Esperança. Conta 4887/74, do Colégio Imaculada Conceição de Jacarezinho. Conta 4722/74, da Paróquia do Senhor Bom Jesus, de Curitiba. Conta 5517/74, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mariópolis. Conta 5446/74, da Ação Feminina de Amparo ao Recém-Nascido — AFAN de Curitiba. Conta 4562/74, da Associação de Pais e Professores do Instituto de Recuperação de Surdos e Mudos do Paraná. Conta 5646/74, do Centro de Ação Social Jardim das Américas de Curitiba. Conta 5092/74, da Prefeitura Municipal de Faxinal. Conta 6783/74, da Federação Paranaense de Futebol de Salão de Curitiba. Conta 6755/74, da Inspeção Auxiliar de Ensino de Piraquara. Conta 6897/74, do Kart Club do Café de Curitiba. Conta 6475/74, da Banda Musical "Lira Castrense" de Castro. Conta 5404/74, da Cruzada de São Sebastião de Ponta Grossa. Conta 5405/74, da Ação Social São Pedro em Ponta Grossa. Conta 7132/74, do Ginásio Estadual Professora Eudice Ravagnani de Florestópolis. Conta 7070/74, do Instituto e Seminário Bíblico de Londrina. Conta 7260/74, do Lar Bom Pastor de Curitiba. Conta 5762/74, da Casa Escolar Florestal, de Teixeira Soares. Conta 6395/74, da Casa do Estudante Luterano — CELU de Curitiba. Conta 6861/74, do Recanto do Tarumã — Asilo dos Velhinhos de Curitiba. Após estudar minuciosamente o processo em tela, esta Comissão de Tomada de Contas chegou à conclusão que a distribuição feita, está de acordo com a legislação vigente, bem como a aplicação obedece o disposto na já citada Resolução estando portanto em perfeitas condições de serem aprovadas. É o parecer.

a) Sala das Comissões, em



## PORTARIA Nº 517/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9601, de 23 de setembro de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários VALDOMIL DEMETERCO PEREIRA, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível PL-18, MARIA DOLORES TULIO BSRVIK, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, nível PL-17, MARIA MOREIRA MACENO, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, nível PL-19 e JOSÉ JACOMITI, ocupante do cargo de Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL-16, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

## PORTARIA Nº 522/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9408, de 18 de setembro de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

autorizar, SAMUEL UEHBE KARUTA, ora à disposição deste Poder Legislativo, prestando serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado JORGE SATO, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificações correspondente a dezesseis, sessenta e sete por cento, de seus vencimentos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

## PORTARIA Nº 523/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9527, de 22 de setembro de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a DARCI ANTONIO BUDEL, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL 29, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

## PORTARIA Nº 525/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5633, de 9 de junho de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

designar, CARLOS EDUARDO JUNG, ocupante do cargo de nível PL 23, de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

## PORTARIA Nº 531/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9711 de 26 de setembro de 1975, deste Poder

## R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 233/75, a MARIA AMÁLIA CESAR CERCAL DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

## PORTARIA Nº 532/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9770, de 26 de setembro de 1975, deste Poder

## R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 524/75, a MARIA ALBA MENDES SILVA GASTÃO BARBOSA XAVIER, ocupante do cargo de nível PL-23, de Oficial Legislativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

## PORTARIA Nº 533/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9668 de 24 de setembro de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a ALVA LIGIA ARAÚJO E GARCIA, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico nível PL-28, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

## PORTARIA Nº 534/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7970 de 12 de agosto de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

lotar ELOI MEZZADRI, ocupante do cargo de Advogado nível PL-26, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento de Finanças.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

## PORTARIA Nº 535/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9596 de 23 de setembro de 1975, deste Poder,

## R E S O L V E:

designar WILSON DE ARAÚJO GOES, ora à disposição deste

Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 648/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8526/75, de 27 de agosto de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

retificar o Decreto Legislativo 799/73, de 17 de dezembro de 1973, para declarar que o tempo de dez (10) meses e quatro (04) dias, compreendidos entre 10 de janeiro de 57 a 14 de novembro do mesmo ano, em favor de JOSÉ ARY NASSIF, ocupante do cargo de nível PL-26, da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, em que prestou serviço militar obrigatório, é contado para todos os efeitos legais, e não como consta daquele ato.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 30 de setembro de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

FIDELCINO TOLENTINO – 2º Secretário em exercício

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 649/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8076, de 14 de agosto de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de NELITA RIBEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de nível PL-22, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (10) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 22 de maio de 1962 e 22 de agosto de 1971, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 63, 1964, 1965, 1970 e de quinze (15) dias de 68, contados em dobro.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 30 de setembro de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

FIDELCINO TOLENTINO – 2º Secretário em exercício

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 650/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8167, de 18 de agosto de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ELDO GEVEZIER, ocupante do cargo de nível PL-15, da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses e nove (09) dias, compreendidos entre 01 de julho de 1960 e 10 de março de 1961, em que prestou serviço militar obrigatório.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 30 de setembro de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

FIDELCINO TOLENTINO – 2º Secretário em exercício

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 651/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7829, de 07 de agosto de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de GLACI BELICH, ocupante do cargo de nível PL-19, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 25 de fevereiro de 1970 e igual data de 1975.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 30 de setembro de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

FIDELCINO TOLENTINO – 2º Secretário em exercício.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 652/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7829, de 07 de agosto de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ISAURA BRAVOS, ocupante do cargo de nível PL-23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 01 de setembro de 67 e 01 de janeiro de 72, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias correspondentes ao ano de 1971, contadas em dobro.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 30 de setembro de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

FIDELCINO TOLENTINO – 2º Secretário em exercício

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 653/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6927, de 09 de julho de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ALBERTO SAVOIA ASSEF, ocupante do cargo de nível PL-27, da Série de Classes de Advogado do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 05 de julho de 1971 e igual data de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referen-

tes aos anos de 72, 73 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de setembro de 1975.

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
FIDELCINO TOLENTINO – 2º Secretário em exercício.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 654/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7150, de 16 de julho de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

retificar o Decreto Legislativo 382/70, de 05 de agosto de 1970, para declarar que o tempo contado pelo mesmo, de onze (11) meses e quinze (15) dias, compreendido entre 20 de janeiro de 1957 e 05 de janeiro de 1958, em que ACIR VILLATORE, ocupante do cargo de nível PL-22, da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, prestou serviço militar obrigatório, é contado para todos os efeitos legais, e não como consta naquele ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de setembro de 1975.

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
FIDELCINO TOLENTINO – 2º Secretário em exercício

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 655/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5997/75, de 17 de junho de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JOSEFA KUCEK LEVANDOSKI, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 07 de outubro de 1967 e 07 de fevereiro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes ao ano de 1967, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
a) FIDELCINO TOLENTINO – 2º Secretário (em exercício)

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 656/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9048/75, de 11 de setembro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo nº 129/75, de 12 de março de 1975, na parte que designa EDISON HEIBEL, ocupante do cargo de Oficial Legislativo nível PL 23, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Moto-

rista no Gabinete do Departamento Administrativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
a) FIDELCINO TOLENTINO – 2º Secretário (em exercício)

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 657/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7512/75, de 31 de julho de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

- I – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JOSÉ PAULO ORTH, ocupante do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 1º de dezembro de 1969, e igual data de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1970, 1971 e 1972, contadas em dobro; e,  
II – conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 31 de dezembro de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
a) FIDELCINO TOLENTINO – 2º Secretário (em exercício)

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 658/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8318/75, de 21 de agosto de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

- I – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de UMBERTO MORO REDESCHI, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 17 de julho de 1967 e 17 de agosto de 1971, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1967, 1968 e de quinze (15) dias de 1970), contadas em dobro; e,  
II – conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 17 de agosto de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
a) FIDELCINO TOLENTINO – 2º Secretário (em exercício)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 659/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8786/75, de 3 de setembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, nos termos do Art. 171, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a LEONILDA BITTENCOURT, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 22 de janeiro de 1975, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO – 2º Secretário (em exercício)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 660/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8812/75, de 3 de setembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a OPHIR FABELINO DE SOUZA, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da

Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 16 de junho de 1974, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de setembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO – 2º Secretário (em exercício)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 661/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8802/75, de 3 de setembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a ARISTEU DA SILVA BERGER, ocupante do cargo de nível PL 30, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 1º de abril de 1975, data em que completou vinte e cinco (25) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 30 de setembro de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) FIDELCINO TOLENTINO – 2º Secretário (em exercício)